GABARITE

Gabarite hoje, conquiste amanhã

SIMULADO 01

ANALISTA ADMINISTRATIVO

Concurso do Governo do Estado do Amapá – SEAD/AP
Edital de Abertura nº 001/2026 – Analista · Nível Superior · Grupo Gestão

Banca de referência: IDCAP
Prova objetiva: 50 questões de múltipla escolha (A a D) · 100 pontos
Prova discursiva: 1 estudo de caso · 0 a 30 pontos · 20 a 40 linhas
Tempo sugerido: 4h30min (objetiva + discursiva, como no edital)
Edição: outubro de 2026

Gabarito e comentários apenas ao final do caderno.
@gabarite.mentoria · Material exclusivo Gabarite Concursos · Questões inéditas

Instruções ao candidato

Este simulado reproduz a estrutura da prova objetiva e da prova discursiva do cargo de **Analista Administrativo** previstas no Edital de Abertura nº 001/2026 – Analista (SEAD/AP), itens 12 e 13. As questões são inéditas e seguem o estilo da banca IDCAP.

Disciplina	Questões	Nº de questões	Peso	Total de pontos
Língua Portuguesa	01 a 08	8	2,0	16,0
Matemática e Raciocínio Lógico	09 a 13	5	1,6	8,0
História do Estado do Amapá	14 a 19	6	1,5	9,0
Geografia do Estado do Amapá	20 a 25	6	1,5	9,0
Noções de Informática	26 a 30	5	1,6	8,0
Conhecimentos Específicos	31 a 50	20	2,5	50,0
TOTAL	**01 a 50**	**50**	**–**	**100,0**

REGRAS DO EDITAL REPRODUZIDAS NESTE TREINO

- Cada questão objetiva tem **quatro alternativas (A, B, C e D)**, das quais **apenas uma** está correta (item 12.1.2).
- A prova tem **duração total de 4h30min**, já incluído o tempo da prova discursiva e do preenchimento do cartão de respostas (itens 12.2.2 e 13.1.1).
- Na prova objetiva, é aprovado quem obtém, no mínimo, **50% da pontuação total** (50 pontos).
- A **prova discursiva** consiste em **1 estudo de caso**, vale **0 a 30 pontos**, exige **no mínimo 20 e no máximo 40 linhas** e é classificatória a partir de **15 pontos** (itens 13.1.2, 13.1.3 e 13.2.2).
- Pontuação final = nota da prova objetiva + nota da prova discursiva (máximo de 130 pontos).

COMO FAZER ESTE SIMULADO

- Separe 4h30min sem interrupções, use caneta azul ou preta e não consulte materiais.
- Marque as respostas no cartão abaixo e redija a discursiva na folha de resposta, à mão.
- Só depois confira o **gabarito definitivo**, o **gabarito comentado** e o **espelho de correção**, que estão ao final do caderno.

Cartão de respostas (treino)

01 (A) (B) (C) (D)	02 (A) (B) (C) (D)	03 (A) (B) (C) (D)	04 (A) (B) (C) (D)	05 (A) (B) (C) (D)
06 (A) (B) (C) (D)	07 (A) (B) (C) (D)	08 (A) (B) (C) (D)	09 (A) (B) (C) (D)	10 (A) (B) (C) (D)
11 (A) (B) (C) (D)	12 (A) (B) (C) (D)	13 (A) (B) (C) (D)	14 (A) (B) (C) (D)	15 (A) (B) (C) (D)
16 (A) (B) (C) (D)	17 (A) (B) (C) (D)	18 (A) (B) (C) (D)	19 (A) (B) (C) (D)	20 (A) (B) (C) (D)
21 (A) (B) (C) (D)	22 (A) (B) (C) (D)	23 (A) (B) (C) (D)	24 (A) (B) (C) (D)	25 (A) (B) (C) (D)
26 (A) (B) (C) (D)	27 (A) (B) (C) (D)	28 (A) (B) (C) (D)	29 (A) (B) (C) (D)	30 (A) (B) (C) (D)
31 (A) (B) (C) (D)	32 (A) (B) (C) (D)	33 (A) (B) (C) (D)	34 (A) (B) (C) (D)	35 (A) (B) (C) (D)
36 (A) (B) (C) (D)	37 (A) (B) (C) (D)	38 (A) (B) (C) (D)	39 (A) (B) (C) (D)	40 (A) (B) (C) (D)
41 (A) (B) (C) (D)	42 (A) (B) (C) (D)	43 (A) (B) (C) (D)	44 (A) (B) (C) (D)	45 (A) (B) (C) (D)
46 (A) (B) (C) (D)	47 (A) (B) (C) (D)	48 (A) (B) (C) (D)	49 (A) (B) (C) (D)	50 (A) (B) (C) (D)

Língua Portuguesa
Questões 01 a 08

Leia o texto a seguir para responder às questões de 01 a 08.

Serviço público na palma da mão: avanços e desafios da transformação digital

Em poucos anos, a relação entre o cidadão e o Estado mudou de endereço. Se antes era preciso enfrentar filas, reunir cópias autenticadas e retornar diversas vezes à mesma repartição, hoje boa parte dos serviços pode ser solicitada pelo celular, a qualquer hora do dia. A emissão de certidões, o agendamento de atendimentos e o acompanhamento de processos administrativos, que consumiam semanas, passaram a ser resolvidos em minutos.

Essa mudança, contudo, não se resume à troca do balcão pela tela. Digitalizar um procedimento ineficiente apenas reproduz, em velocidade maior, os mesmos defeitos do modelo antigo. Por isso, especialistas em gestão pública insistem que a transformação digital começa antes da tecnologia: exige que os órgãos revisem seus fluxos, eliminem exigências desnecessárias e passem a enxergar o serviço a partir da experiência de quem o utiliza.

Há também um desafio que nenhum aplicativo resolve sozinho. Em estados de grande extensão territorial e população dispersa, como os da Amazônia, muitas comunidades ainda convivem com conexão instável ou simplesmente inexistente. Para moradores de áreas ribeirinhas, que frequentemente dependem do barco para chegar à sede do município, a promessa de um “governo sem filas” pode soar distante. Nesses contextos, a oferta de canais digitais precisa caminhar ao lado de pontos de atendimento presencial, sob pena de a inovação aprofundar desigualdades que deveria reduzir.

Outro ponto sensível diz respeito aos dados pessoais. Cada serviço on-line coleta informações sobre quem o utiliza — nome, endereço, renda, histórico de saúde —, e o volume desses registros cresce a cada dia. Guardá-los com segurança, utilizá-los somente para finalidades legítimas e informar ao cidadão como eles são tratados deixaram de ser cuidados opcionais: tornaram-se deveres da administração.

Nada disso diminui o mérito das conquistas recentes. Ao contrário, os avanços mostram que o Estado é capaz de se reinventar quando coloca o cidadão no centro de suas decisões. O passo seguinte é garantir que essa porta digital, já aberta para muitos, não permaneça fechada justamente para aqueles que mais precisam dela.

Texto inédito elaborado pela equipe Gabarite Concursos para fins didáticos.

Questão 01

De acordo com o texto, a transformação digital do serviço público

(A) dispensa a manutenção de canais presenciais, uma vez que a conexão móvel já alcança, de modo estável, a maior parte das comunidades amazônicas.

(B) consiste, essencialmente, na substituição do atendimento em balcão por plataformas on-line, sem necessidade de revisão dos procedimentos internos.

(C) representa avanço real, mas só cumpre seu propósito quando acompanhada de revisão de fluxos, inclusão de quem tem acesso precário e proteção de dados.

(D) vem sendo conduzida de forma equivocada, razão pela qual o autor defende o retorno ao modelo de atendimento exclusivamente presencial.

Questão 02

No segundo parágrafo, ao afirmar que “Digitalizar um procedimento ineficiente apenas reproduz, em velocidade maior, os mesmos defeitos do modelo antigo”, o autor permite inferir que

(A) a adoção de tecnologia, isoladamente, não assegura a eficiência do serviço prestado ao cidadão.

(B) os procedimentos antigos eram eficientes, mas se tornaram lentos após a introdução dos meios digitais.

(C) a velocidade dos sistemas digitais é o principal critério para avaliar a qualidade de um serviço público.

(D) os órgãos públicos devem interromper a digitalização até que todos os seus fluxos estejam informatizados.

Questão 03

Quanto à tipologia predominante e à organização do texto, é correto afirmar que se trata de texto

(A) narrativo, pois relata, em ordem cronológica, as ações de personagens envolvidos na implantação de um aplicativo governamental.

(B) injuntivo, pois sua finalidade principal é instruir o leitor, passo a passo, sobre como acessar serviços públicos pelo celular.

(C) descritivo, pois se limita a caracterizar, de forma estática, os equipamentos e os sistemas utilizados no atendimento digital.

(D) dissertativo-argumentativo, pois defende um ponto de vista sobre a transformação digital e o sustenta com exemplos, ressalvas e conclusão.

Questão 04

No trecho “Guardá-**los** com segurança, utilizá-**los** somente para finalidades legítimas [...]” (4º parágrafo), os pronomes destacados retomam

(A) “quem o utiliza”, isto é, os cidadãos que acessam os serviços on-line.

(B) os registros de dados pessoais mencionados no período anterior.

(C) os “deveres da administração” citados ao final do parágrafo.

(D) os “serviços on-line” que coletam informações dos usuários.

Questão 05

Considere as afirmativas sobre conectores empregados no texto.

I. Em “Essa mudança, contudo, não se resume [...]” (2º §), o conector expressa oposição e poderia ser substituído por “todavia”, sem prejuízo de sentido.

II. Em “Por isso, especialistas em gestão pública insistem [...]” (2º §), a expressão introduz uma conclusão em relação ao que foi dito antes e equivale a “Portanto”.

III. Em “Ao contrário, os avanços mostram [...]” (5º §), a expressão introduz ideia de concessão e poderia ser substituída por “Embora”, mantendo-se a correção do período.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e III.

Questão 06

Assinale a alternativa em que a concordância verbal está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

(A) Fazem dois anos que o protocolo eletrônico foi implantado na secretaria.

(B) Haviam muitas comunidades ribeirinhas sem acesso estável à internet.

(C) Mais de um órgão estadual aderiu à nova plataforma de serviços.

(D) Já foi publicado, no portal da transparência, os relatórios de gestão do exercício.

Questão 07

Considerando o emprego dos sinais de pontuação no texto, assinale a alternativa correta.

(A) Em “Em poucos anos, a relação entre o cidadão e o Estado mudou de endereço” (1º §), a vírgula é obrigatória, pois separa o sujeito “a relação entre o cidadão e o Estado” do verbo “mudou”.

(B) Em “Para moradores de áreas ribeirinhas, que frequentemente dependem do barco [...]” (3º §), retirar as vírgulas que isolam a oração com “que” alteraria o sentido, restringindo o grupo de moradores.

(C) Em “[...] deixaram de ser cuidados opcionais: tornaram-se deveres da administração” (4º §), os dois-pontos introduzem citação direta da fala de um especialista em gestão pública.

(D) Em “Cada serviço on-line coleta informações sobre quem o utiliza — nome, endereço, renda, histórico de saúde —, e o volume [...]” (4º §), os travessões isolam o sujeito da oração principal.

Questão 08

Assinale a alternativa em que o emprego do acento indicativo de crase está correto.

(A) O servidor referiu-se à documentos que ainda não haviam sido digitalizados.

(B) O atendimento presencial funcionará de segunda à sexta-feira, das 8h às 14h.

(C) O relatório técnico foi encaminhado à Vossa Excelência para análise.

(D) Os moradores dirigiram-se à sede do município para regularizar o cadastro.

Matemática e Raciocínio Lógico

Questões 09 a 13

Questão 09

Em uma secretaria estadual, 6 servidores, trabalhando 6 horas por dia, digitalizam 1.800 processos em 5 dias. Mantido o mesmo ritmo individual de trabalho, 4 servidores, trabalhando 8 horas por dia, digitalizarão 2.400 processos em

(A) 6 dias.

(B) 7 dias e meio.

(C) 8 dias.

(D) 10 dias.

Questão 10

O orçamento de um projeto de reforma de uma unidade de atendimento era de R$ 200.000,00. Após revisão, o valor foi aumentado em 20% e, posteriormente, sobre o novo valor, aplicou-se uma redução de 15%. Em relação ao valor inicial, o valor final do orçamento ficou

(A) 3% inferior.

(B) 5% superior.

(C) 2% superior.

(D) 2% inferior.

Questão 11

Em uma gaveta há 8 processos: 5 referentes a licitações e 3 referentes a convênios. Dois processos são retirados ao acaso, sucessivamente e sem reposição. A probabilidade de que ambos sejam referentes a licitações é

(A) 5/14.

(B) 25/64.

(C) 15/28.

(D) 5/8.

Questão 12

Considere a proposição: “Se o processo está devidamente instruído, então o parecer jurídico é emitido no prazo.” A negação lógica dessa proposição é:

(A) Se o processo não está devidamente instruído, então o parecer jurídico não é emitido no prazo.

(B) O processo não está devidamente instruído ou o parecer jurídico é emitido no prazo.

(C) O processo não está devidamente instruído e o parecer jurídico não é emitido no prazo.

(D) O processo está devidamente instruído e o parecer jurídico não é emitido no prazo.

Questão 13

Uma unidade de atendimento instalará um reservatório de água cilíndrico com 2 m de diâmetro interno e 1,5 m de altura. Considerando π = 3,14, a capacidade máxima desse reservatório é de

(A) 18.840 litros.

(B) 4.710 litros.

(C) 9.420 litros.

(D) 3.140 litros.

História do Estado do Amapá

Questões 14 a 19

Questão 14

Sobre a política portuguesa para a região do Cabo Norte durante o período pombalino, analise as afirmativas.

I. A elevação do povoado de Macapá à condição de vila, em 1758, integrou a estratégia de ocupação e defesa da foz do Amazonas.

II. A Fortaleza de São José de Macapá, cuja construção foi iniciada em 1764 e inaugurada em 1782, tinha a função de reforçar a defesa do território contra investidas estrangeiras, sobretudo francesas.

III. A Vila Nova de Mazagão foi fundada com famílias transferidas da praça portuguesa de Mazagão, no norte da África, após o abandono daquela possessão.

IV. A construção da Fortaleza empregou exclusivamente mão de obra assalariada europeia, em razão da proibição de qualquer forma de trabalho compulsório na Amazônia colonial.

Está correto o que se afirma em

(A) I, II e III, apenas.

(B) I e IV, apenas.

(C) II, III e IV, apenas.

(D) I, II, III e IV.

Questão 15

A respeito da questão de limites entre o Brasil e a França na região do atual Amapá, conhecida como Contestado Franco-Brasileiro, assinale a alternativa correta.

(A) A disputa foi solucionada por meio de guerra declarada entre os dois países, encerrada com a vitória militar brasileira em 1895 e a assinatura de um tratado de paz.

(B) O Laudo Suíço, de 1900, fixou o limite no rio Araguari, assegurando à França a maior parte do território reivindicado, como defendia a diplomacia francesa.

(C) Submetida à arbitragem do governo da Confederação Suíça, a questão foi decidida em 1900 de forma favorável ao Brasil, com o limite no rio Oiapoque, tendo o Barão do Rio Branco atuado na defesa brasileira.

(D) A arbitragem internacional foi conduzida pelo governo britânico, que dividiu o território contestado em partes iguais entre os dois países, tomando o rio Calçoene como marco.

Questão 16

Julgue os itens a seguir como verdadeiros (V) ou falsos (F).

( ) Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho, liderou, em 1895, a resistência de moradores da vila do Amapá contra uma expedição armada francesa.

( ) A chamada República do Cunani foi proclamada por aventureiros franceses na área contestada e não obteve reconhecimento internacional.

( ) A República do Cunani foi criada pelo governo imperial brasileiro para assegurar a posse da região até a decisão arbitral.

( ) O episódio de 1895 contribuiu para que os dois países buscassem a solução da disputa por meio de arbitragem.

A sequência correta, de cima para baixo, é

(A) V – F – V – F.

(B) V – V – F – V.

(C) F – V – F – V.

(D) V – V – V – F.

Questão 17

Sobre a criação do Território Federal do Amapá e sua posterior transformação em Estado, assinale a alternativa correta.

(A) O Território foi criado pela Constituição de 1946, com capital inicial em Macapá, e teve como primeiro governador Janary Nunes, nomeado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra.

(B) O Território foi criado em 1943, por decreto-lei, mas permaneceu subordinado administrativamente ao governo do Pará até 1988, quando foi elevado à condição de Estado.

(C) A transformação do Amapá em Estado ocorreu por meio de plebiscito realizado em 1962, durante o governo de João Goulart, após intensa mobilização da população local.

(D) Criado em 1943, por decreto-lei do governo Vargas, a partir de área desmembrada do Pará, o Território teve Janary Nunes como primeiro governador e foi transformado em Estado pela Constituição de 1988.

Questão 18

Relacione os grandes projetos econômicos implantados no Amapá às respectivas características.

1. ICOMI
2. Estrada de Ferro do Amapá
3. Projeto Jari

( ) Empreendimento do empresário norte-americano Daniel Ludwig, voltado sobretudo à produção de celulose no vale do rio Jari.

( ) Empresa responsável pela exploração do manganês da Serra do Navio, com produção destinada principalmente à exportação.

( ) Ligação ferroviária entre a região de Serra do Navio e o porto de Santana, construída para o escoamento do minério.

A sequência correta, de cima para baixo, é

(A) 1 – 2 – 3.

(B) 2 – 3 – 1.

(C) 3 – 1 – 2.

(D) 3 – 2 – 1.

Questão 19

Considere as afirmativas sobre manifestações culturais do Amapá.

I. O Marabaixo, de matriz afro-amapaense, reúne dança, canto de “ladrões” e toque de caixas e foi reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil.

II. A Festa de São Tiago, realizada em Mazagão Velho, encena a batalha entre cristãos e mouros, em referência à origem histórica da vila.

III. O Batuque é manifestação de origem europeia, trazida por colonos açorianos e restrita às festividades oficiais do governo territorial.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e III.

Geografia do Estado do Amapá
Questões 20 a 25

Questão 20

Sobre a localização e os limites do Estado do Amapá, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) O Estado faz fronteira internacional com a Guiana Francesa e com o Suriname.

(B) Ao sul e a oeste, o Amapá limita-se com o Estado do Pará.

(C) Macapá é cortada pela Linha do Equador, condição singular entre as capitais brasileiras.

(D) O Amapá não possui litoral, já que todo o seu limite oriental é formado pela foz do rio Amazonas.

Questão 21

Relacione as unidades de paisagem do Amapá às suas características predominantes.

1. Planalto das Guianas
2. Planície costeira e fluviomarinha
3. Cerrados

( ) Faixa de vegetação aberta, com gramíneas, arbustos e árvores esparsas, que ocorre na porção centro-oriental do Estado.

( ) Terrenos mais antigos e elevados, recobertos majoritariamente por floresta de terra firme, nas porções norte, centro e oeste.

( ) Áreas baixas sujeitas à influência das marés e das cheias, com manguezais e campos inundáveis.

A sequência correta, de cima para baixo, é

(A) 1 – 3 – 2.

(B) 3 – 1 – 2.

(C) 2 – 1 – 3.

(D) 3 – 2 – 1.

Questão 22

Acerca da rede hidrográfica do Amapá, assinale a alternativa correta.

(A) O rio Araguari, onde está a usina hidrelétrica Coaracy Nunes, ficou conhecido pela pororoca, que deixou de ocorrer em sua foz na última década, associada ao assoreamento e a mudanças no curso do rio.

(B) O rio Oiapoque marca o limite entre o Amapá e o Estado do Pará, sendo o principal eixo de navegação e de integração com a capital paraense, Belém.

(C) A pororoca é causada exclusivamente pela abertura das comportas das hidrelétricas durante a estação seca, sem relação com a dinâmica das marés oceânicas.

(D) O rio Jari estabelece a fronteira internacional entre o Amapá e o Suriname, sendo cruzado por ponte binacional inaugurada na década passada.

Questão 23

Analise as afirmativas sobre a dinâmica populacional e urbana do Amapá.

I. A população concentra-se fortemente em Macapá e Santana, que reúnem a maior parte dos habitantes do Estado.

II. O crescimento populacional do Amapá nas últimas décadas foi impulsionado também por fluxos migratórios, sobretudo de outros estados da Região Norte e do Nordeste.

III. A rede urbana amapaense caracteriza-se pelo equilíbrio entre os municípios, sem predominância de um centro urbano principal.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) III, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) I, II e III.

Questão 24

A Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS)

(A) foi criada pela Constituição Federal de 1988, juntamente com o Estado do Amapá, e é administrada diretamente pela Prefeitura de Macapá, sem participação de órgãos federais.

(B) foi instituída por lei federal no início da década de 1990 e concede incentivos fiscais para estimular o comércio e o desenvolvimento regional, sob a administração da Suframa.

(C) abrange todo o território estadual e assegura isenção de todos os tributos estaduais e municipais incidentes sobre o comércio, inclusive sobre serviços.

(D) tem como atividade exclusiva a exportação de minérios pelo porto de Santana, sendo vedada a entrada de mercadorias importadas destinadas ao comércio local.

Questão 25

Sobre as questões socioambientais do Amapá e a exploração de petróleo na Margem Equatorial, assinale a alternativa correta.

(A) O Amapá possui baixa proporção de áreas protegidas, pois a maior parte de seu território está ocupada por lavouras mecanizadas e pastagens voltadas à exportação de grãos.

(B) A Margem Equatorial corresponde a uma faixa de terras do interior do Estado, próxima à fronteira com o Suriname, onde se concentram as jazidas de manganês.

(C) O debate sobre a exploração de petróleo na costa amapaense restringe-se a aspectos econômicos, sem repercussões ambientais relevantes, dada a distância dos poços em relação ao litoral.

(D) A exploração de petróleo na bacia da Foz do Amazonas gera expectativas de arrecadação e emprego, mas também preocupações com manguezais e recifes, o que torna seu licenciamento ambiental controverso.

Noções de Informática

Questões 26 a 30

Questão 26

Durante o atendimento ao público, uma analista precisa abrir rapidamente o Explorador de Arquivos para localizar um documento e, em seguida, bloquear a estação de trabalho ao se ausentar da mesa. No Windows, em sua configuração padrão, as combinações de teclas adequadas para essas ações são, respectivamente,

(A) Windows + E e Windows + D.

(B) Windows + D e Windows + L.

(C) Windows + E e Windows + L.

(D) Ctrl + Shift + Esc e Windows + I.

Questão 27

Ao elaborar um relatório técnico no Microsoft Word 2019, um analista precisa que apenas a página que contém uma tabela larga fique na orientação paisagem, mantendo as demais páginas em retrato. O procedimento adequado é

(A) inserir quebras de seção do tipo “Próxima página” antes e depois da página da tabela e alterar a orientação somente nessa seção.

(B) inserir uma quebra de página com Ctrl + Enter e alterar a orientação, pois a quebra de página cria automaticamente uma nova seção.

(C) selecionar a tabela e aplicar “Direção do Texto” em 90°, recurso que modifica a orientação da página inteira.

(D) alterar a orientação para paisagem na guia Layout, pois o Word aplica a mudança somente à página em que o cursor está posicionado.

Questão 28

Em uma planilha do Microsoft Excel 2019, as células B2, B3, B4 e B5 contêm, respectivamente, os valores 12, 18, 25 e 21, que representam o número de processos concluídos por semana. Na célula B7, foi inserida a fórmula =SE(MÉDIA(B2:B5)>=20;"META ATINGIDA";"ABAIXO DA META"). O resultado exibido em B7 será

(A) META ATINGIDA, pois a média é 21.

(B) ABAIXO DA META, pois a média é 19.

(C) META ATINGIDA, pois a soma é 76.

(D) ABAIXO DA META, pois a média é 18,5.

Questão 29

Julgue os itens a seguir, relativos ao correio eletrônico, como verdadeiros (V) ou falsos (F).

( ) Os destinatários incluídos no campo Cco recebem a mensagem, mas seus endereços não são exibidos aos demais destinatários.

( ) Ao utilizar a opção “Responder a todos”, o destinatário que recebeu a mensagem no campo Para envia a resposta também aos endereços que constavam no campo Cco.

( ) Os endereços inseridos no campo Cc ficam visíveis a todos os destinatários da mensagem.

( ) Ao encaminhar uma mensagem com a opção “Encaminhar”, os anexos originais são, em regra, mantidos.

A sequência correta, de cima para baixo, é

(A) V – V – V – F.

(B) F – F – V – V.

(C) V – F – F – V.

(D) V – F – V – V.

Questão 30

Sobre aplicativos de segurança, como antivírus e firewall, assinale a alternativa correta.

(A) O firewall controla o tráfego de rede com base em regras, permitindo ou bloqueando conexões, mas não substitui o antivírus na detecção e remoção de códigos maliciosos.

(B) Com o firewall ativado, torna-se desnecessário manter o antivírus atualizado, pois nenhum arquivo malicioso consegue alcançar o computador.

(C) O antivírus impede qualquer ataque de phishing, mesmo quando o próprio usuário digita voluntariamente sua senha em uma página falsa recebida por e-mail.

(D) Os programas antivírus somente identificam ameaças depois que o arquivo malicioso é executado e já causou danos ao sistema, sem oferecer proteção em tempo real.

Conhecimentos Específicos – Analista Administrativo

Questões 31 a 50

Questão 31

O coordenador de uma unidade de atendimento da Secretaria de Estado definiu como padrão a conclusão de 95% das solicitações em até cinco dias úteis. Ao final do trimestre, comparou os resultados registrados no sistema com esse padrão e, identificado desvio, determinou a redistribuição de tarefas entre as equipes. A sequência de ações descrita corresponde, predominantemente, à função administrativa de

(A) planejamento, pois a redistribuição de tarefas define os objetivos de longo prazo e as estratégias gerais da organização.

(B) controle, que envolve o estabelecimento de padrões, a medição do desempenho, a comparação com o padrão e a adoção de ações corretivas.

(C) organização, pois a comparação entre resultados e metas é atividade típica da departamentalização e do desenho da estrutura.

(D) direção, uma vez que toda medição de desempenho se confunde com a liderança exercida sobre as equipes e com a motivação dos servidores.

Questão 32

Relacione os modelos teóricos de Administração Pública às suas características.

1. Patrimonialista
2. Burocrático
3. Gerencial

( ) Ênfase em resultados, controle a posteriori, flexibilidade de gestão e foco no cidadão.

( ) Confusão entre o patrimônio público e o privado, com práticas de nepotismo e clientelismo.

( ) Impessoalidade, formalismo, hierarquia rígida e controle prévio dos procedimentos, com risco de autorreferência.

A sequência correta, de cima para baixo, é

(A) 1 – 2 – 3.

(B) 2 – 1 – 3.

(C) 3 – 2 – 1.

(D) 3 – 1 – 2.

Questão 33

No contexto da governança pública, a fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas do Estado sobre a aplicação de recursos por uma secretaria estadual, bem como o controle externo exercido pela Assembleia Legislativa, constituem exemplos de accountability

(A) horizontal, exercida por instituições estatais com competência para fiscalizar e sancionar outros órgãos e agentes públicos.

(B) vertical, exercida exclusivamente pelos eleitores por meio do voto em eleições periódicas.

(C) societal, conduzida por organizações da sociedade civil e pela imprensa, sem participação de órgãos estatais.

(D) interna, pois é realizada pelo próprio órgão fiscalizado sobre seus atos, por meio de autotutela.

Questão 34

Ao implantar a gestão por competências, a Secretaria mapeou as competências necessárias ao alcance de seus objetivos estratégicos e as comparou com as competências já disponíveis em seu quadro de servidores. A diferença identificada entre esses dois conjuntos

(A) denomina-se desvio de função e deve ser corrigida exclusivamente por meio de processo administrativo disciplinar.

(B) corresponde ao índice de rotatividade de pessoal e é calculada a partir das exonerações ocorridas no período.

(C) denomina-se lacuna (gap) de competências e deve orientar ações de capacitação, desenvolvimento e, quando for o caso, recrutamento e seleção.

(D) é chamada de avaliação 360 graus, pois considera a opinião de superiores, pares e subordinados sobre cada servidor.

Questão 35

Na modelagem, em notação BPMN, de um processo de concessão de diárias, após a tarefa “Analisar solicitação”, o fluxo deve seguir por apenas um de dois caminhos possíveis — “Aprovar” ou “Devolver para correção” —, conforme o resultado da análise. O elemento adequado para representar esse ponto de decisão é o

(A) gateway paralelo, representado por losango com o sinal “+”, que ativa todos os caminhos de saída simultaneamente.

(B) gateway exclusivo, representado por losango (que pode conter um “X”), no qual apenas um dos caminhos é seguido, conforme a condição avaliada.

(C) evento de início, representado por círculo de borda fina, utilizado para indicar a escolha entre caminhos alternativos.

(D) pool, representado por retângulo que agrupa os participantes, usado para indicar a decisão entre alternativas.

Questão 36

Um cidadão protocolou pedido de acesso a informações sobre os contratos de manutenção predial firmados por uma secretaria estadual. Com base na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), assinale a alternativa correta.

(A) Não sendo possível o acesso imediato, a resposta deverá ocorrer em até 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias mediante justificativa expressa, com ciência do requerente.

(B) O órgão pode exigir que o cidadão informe os motivos determinantes do pedido, como condição para o seu processamento, a fim de avaliar a pertinência da solicitação.

(C) Por se referir a contratos administrativos, a informação é automaticamente classificada como reservada pelo prazo de 5 anos, contados da assinatura do contrato.

(D) O serviço de busca e de fornecimento da informação será sempre cobrado do requerente, ainda que não haja custos de reprodução de documentos.

Questão 37

Para operacionalizar um programa estadual de transferência de renda instituído por lei, a Secretaria precisa tratar dados pessoais dos beneficiários, como nome, CPF, endereço e renda familiar. Um servidor afirmou que esse tratamento somente seria possível com o consentimento expresso de cada beneficiário. À luz da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), essa afirmação está

(A) correta, pois o consentimento do titular é a única base legal admitida para o tratamento de dados pessoais pelo poder público, inclusive em programas sociais.

(B) correta, pois, sem o consentimento do titular, os dados pessoais somente podem ser tratados pelo poder público para fins exclusivos de segurança pública.

(C) incorreta, pois o poder público, ao executar políticas públicas, está dispensado de observar os princípios e as obrigações previstos na LGPD.

(D) incorreta, pois a administração pode tratar, sem consentimento, os dados necessários à execução de políticas públicas previstas em lei, observados os princípios da LGPD.

Questão 38

De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República (3ª edição, 2018), assinale a alternativa correta quanto às comunicações oficiais.

(A) O vocativo “Excelentíssimo Senhor” deve ser empregado para todas as autoridades tratadas por Vossa Excelência, como secretários de Estado e deputados.

(B) O fecho “Atenciosamente” é o indicado para comunicações dirigidas a autoridades de hierarquia superior à do remetente, inclusive ao Presidente da República.

(C) Os pronomes de tratamento, embora se refiram à pessoa com quem se fala, exigem concordância verbal e pronominal na terceira pessoa, como em “Vossa Senhoria apresentará seu relatório”.

(D) As formas “Digníssimo” e “Ilustríssimo” permanecem recomendadas como fórmulas de cortesia nos endereçamentos dirigidos a autoridades de qualquer hierarquia.

Questão 39

Uma secretaria estadual pretende contratar solução tecnológica inovadora, cujas especificações técnicas não podem ser definidas com precisão suficiente pela Administração, sendo necessário dialogar com licitantes previamente selecionados, mediante critérios objetivos, para desenvolver alternativas capazes de atender à sua necessidade. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a modalidade de licitação adequada é

(A) o pregão, obrigatório para qualquer contratação que envolva solução tecnológica, independentemente de suas características.

(B) o diálogo competitivo.

(C) o concurso, no qual os próprios licitantes definem livremente as especificações do objeto e o valor da remuneração.

(D) a tomada de preços, aplicável às contratações de valor intermediário que envolvam inovação.

Questão 40

Na fase preparatória de uma contratação regida pela Lei nº 14.133/2021, o estudo técnico preliminar (ETP)

(A) é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento, que caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução, servindo de base ao termo de referência ou ao projeto básico.

(B) é elaborado após a assinatura do contrato, com a finalidade de registrar as ocorrências observadas pelo fiscal durante a execução contratual, para fins de pagamento.

(C) substitui integralmente o termo de referência, tornando desnecessárias a definição do objeto, a fixação das condições de execução e a estimativa de preços.

(D) é documento facultativo, que pode deixar de conter, em qualquer hipótese, a descrição da necessidade e a estimativa do valor, a critério do agente de contratação.

Questão 41

Analise as situações a seguir à luz da Lei nº 14.133/2021.

I. Contratação de profissional do setor artístico, consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, por meio de empresário exclusivo, para evento cultural promovido pelo Estado.

II. Aquisição de equipamento que só pode ser fornecido por produtor exclusivo, devidamente comprovada essa condição.

III. Contratação, em situação de emergência que comprometa a continuidade dos serviços públicos, das parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de um ano.

Correspondem a hipóteses de inexigibilidade de licitação

(A) I, II e III.

(B) III, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I e II, apenas.

Questão 42

Sobre o sistema de registro de preços (SRP), nos termos da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

(A) A existência de preços registrados obriga a Administração a firmar todas as contratações deles decorrentes, nas quantidades previstas na ata.

(B) O prazo de vigência da ata de registro de preços é de 5 anos, vedada a prorrogação.

(C) O prazo de vigência da ata de registro de preços é de 1 ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

(D) O sistema de registro de preços somente pode ser adotado na modalidade leilão, destinada à alienação de bens.

Questão 43

Em contrato de reforma de edifício público, a Administração necessita alterar unilateralmente o contrato para acrescer quantitativos de serviços. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos de até

(A) 50% do valor inicial atualizado do contrato.

(B) 25% do valor inicial atualizado do contrato, sem exceção.

(C) 100% do valor inicial, desde que haja dotação orçamentária.

(D) 10% do valor inicial, por se tratar de reforma.

Questão 44

Uma organização da sociedade civil apresentou ao Estado proposta de projeto de inclusão digital em comunidades ribeirinhas, a ser executado com transferência de recursos públicos. Nos termos da Lei nº 13.019/2014, se a parceria for formalizada a partir dessa proposta, o instrumento adequado será o

(A) termo de colaboração, utilizado quando a proposta de parceria parte da organização da sociedade civil.

(B) termo de fomento.

(C) acordo de cooperação, instrumento próprio para parcerias que envolvem transferência de recursos financeiros.

(D) contrato administrativo, regido exclusivamente pela Lei nº 14.133/2021.

Questão 45

Acerca da anulação e da revogação dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

(A) A revogação incide sobre atos ilegais e produz efeitos retroativos (ex tunc), desconstituindo desde a origem os efeitos já produzidos.

(B) O Poder Judiciário, no exercício da função jurisdicional, pode revogar atos administrativos do Poder Executivo por razões de conveniência e oportunidade.

(C) Os atos vinculados podem ser livremente revogados pela Administração sempre que houver interesse público superveniente que justifique a medida.

(D) A Administração pode anular seus atos ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada a apreciação judicial.

Questão 46

Durante o transporte de documentos, o motorista de um veículo oficial de uma secretaria estadual colidiu com o automóvel de um particular, causando-lhe danos materiais. Considerando o art. 37, § 6º, da Constituição Federal e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

(A) O particular deverá comprovar dolo ou culpa do motorista para obter a indenização do Estado, pois a responsabilidade estatal, nesse caso, é subjetiva.

(B) O particular deverá ajuizar a ação diretamente contra o motorista, que responde de forma objetiva pelos danos causados no exercício da função.

(C) O Estado responde objetivamente, com direito de regresso contra o motorista em caso de dolo ou culpa; para o STF, a ação deve ser proposta contra o Estado, e não contra o agente.

(D) A responsabilidade do Estado é integral, razão pela qual não admite, em nenhuma hipótese, exclusão ou atenuação em razão da culpa da vítima.

Questão 47

Considerando as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021 na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), é correto afirmar que

(A) os atos que causam lesão ao erário continuam admitindo a modalidade culposa, desde que comprovado o prejuízo efetivo aos cofres públicos.

(B) somente as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 configuram improbidade, não bastando a mera voluntariedade do agente para caracterizar o dolo.

(C) a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência ainda não pacificada, configura ato de improbidade por violação aos princípios.

(D) o rol de condutas do art. 11 passou a ser meramente exemplificativo, o que ampliou as hipóteses de improbidade por ofensa aos princípios.

Questão 48

Relacione os instrumentos de planejamento e orçamento previstos no art. 165 da Constituição Federal às suas atribuições.

1. Plano Plurianual (PPA)
2. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
3. Lei Orçamentária Anual (LOA)

( ) Estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

( ) Compreende as metas e prioridades da administração pública, orienta a elaboração da lei orçamentária anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

( ) Compreende o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas estatais e o orçamento da seguridade social.

A sequência correta, de cima para baixo, é

(A) 1 – 2 – 3.

(B) 2 – 1 – 3.

(C) 3 – 2 – 1.

(D) 1 – 3 – 2.

Questão 49

Em relação aos estágios da despesa pública previstos na Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

(A) O pagamento pode preceder a liquidação, desde que haja empenho prévio e autorização expressa do ordenador de despesa.

(B) A liquidação é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

(C) É permitida a realização de despesa sem prévio empenho quando houver dotação orçamentária suficiente e urgência devidamente justificada.

(D) A liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, com base nos documentos comprobatórios do crédito, e precede o pagamento.

Questão 50

Ao final de um quadrimestre, o Poder Executivo de determinado Estado verificou que sua despesa total com pessoal atingiu 47% da receita corrente líquida (RCL). Considerando a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), assinale a alternativa correta.

(A) Não há consequência alguma, pois o limite máximo do Poder Executivo estadual, de 49% da RCL, não foi ultrapassado, nem o Tribunal de Contas precisa se manifestar.

(B) O Poder Executivo deverá eliminar o excedente nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, pois ultrapassou o limite máximo.

(C) Por ter excedido 95% do seu limite (limite prudencial), ficam vedadas, entre outras medidas, a criação de cargo, emprego ou função e a contratação de hora extra, ressalvadas as exceções legais.

(D) O percentual está abaixo do limite de alerta, razão pela qual o Tribunal de Contas não deverá emitir qualquer comunicação ao Poder Executivo no período.

Prova Discursiva – Estudo de Caso

TEMA

Contratação emergencial de manutenção predial e fiscalização do contrato

Situação apresentada

A Secretaria de Estado da Administração mantém, em Macapá, um prédio que concentra o atendimento presencial ao público. O contrato de manutenção predial do imóvel expirou há oito meses e, nesse período, nenhum procedimento licitatório foi iniciado para substituí-lo, embora a área técnica tenha alertado formalmente a chefia, por duas vezes, sobre o risco de falhas na rede elétrica e no sistema de climatização.

Na semana passada, uma pane elétrica interrompeu o atendimento por três dias e expôs servidores e usuários a risco. Diante da situação, o gestor da unidade propôs contratar diretamente, “em caráter emergencial”, a mesma empresa que executava o contrato anterior, pelo prazo de dois anos, “para evitar novos transtornos e dar tempo de pensar na licitação com calma”. A minuta encaminhada não contém pesquisa de preços nem justificativa para a escolha da empresa.

Suponha, ainda, que, após a formalização de uma contratação emergencial, o servidor designado como fiscal do contrato tenha constatado que parte dos serviços previstos — como a revisão dos quadros de distribuição elétrica — não vinha sendo executada. O fiscal limitou-se a comentar o fato verbalmente com o gestor, sem qualquer registro, e as notas fiscais continuaram sendo atestadas integralmente.

Comando

Na condição de Analista Administrativo da Secretaria, redija um texto dissertativo, com base na Lei nº 14.133/2021 e nas normas de finanças públicas pertinentes, analisando o caso apresentado. Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

a) o cabimento da contratação direta por emergência no caso e a adequação da proposta do gestor aos limites legais dessa hipótese, inclusive quanto à situação que deu origem à emergência;

b) os elementos que devem instruir o processo de contratação direta e a providência que a Administração deve adotar em relação à contratação definitiva do serviço;

c) a atuação esperada do fiscal do contrato e as consequências administrativas e financeiras da inexecução parcial constatada.

ORIENTAÇÕES (CONFORME O ITEM 13 DO EDITAL)

- Responda em **no mínimo 20 e no máximo 40 linhas**. Linhas excedentes serão desconsideradas.
- Escreva à mão, com letra legível e caneta azul ou preta. Não assine nem se identifique no espaço da resposta.
- Avaliação: **domínio do conhecimento técnico e adequação da resposta ao caso – 24 pontos (80%)**; **interpretação do caso e expressão escrita (clareza, coerência, objetividade, organização das ideias e linguagem) – 6 pontos (20%)**.
- Recebe nota zero o texto: com menos de 20 linhas; em branco; a lápis; ilegível; em forma não articulada (desenhos, números, palavras soltas ou versos); com identificação fora do local próprio; que fuja integralmente ao tema ou à tipologia; com expressões injuriosas ou discriminatórias; redigido em outra língua; ou que desrespeite as orientações do caderno.

Folha de Rascunho – Discursiva

Uso facultativo. O rascunho não é considerado na correção.

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40

Folha de Resposta – Discursiva

Transcreva aqui sua resposta definitiva (mínimo de 20 e máximo de 40 linhas).

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20 *mínimo de 20 linhas*
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40

Gabarito Definitivo – SIMULADO 01

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	A	D	B	A	C	B	D	B	C
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
A	D	B	A	C	B	D	C	A	D
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
B	A	C	B	D	C	A	B	D	A
31	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**
B	D	A	C	B	A	D	C	B	A
41	**42**	**43**	**44**	**45**	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**
D	C	A	B	D	C	B	A	D	C

Calcule sua nota na prova objetiva

Disciplina	Questões	Acertos	× Peso	Pontos
Língua Portuguesa	01–08	____ / 8	2,0	_____ / 16
Matemática e Raciocínio Lógico	09–13	____ / 5	1,6	_____ / 8
História do Estado do Amapá	14–19	____ / 6	1,5	_____ / 9
Geografia do Estado do Amapá	20–25	____ / 6	1,5	_____ / 9
Noções de Informática	26–30	____ / 5	1,6	_____ / 8
Conhecimentos Específicos	31–50	____ / 20	2,5	_____ / 50
TOTAL DA OBJETIVA		**____ / 50**		**_____ / 100**

LEITURA DO RESULTADO

Abaixo de 50 pontos na objetiva, a discursiva não seria corrigida (eliminação). Some a nota da discursiva (0 a 30, mínimo de 15) para obter a pontuação final, de até 130 pontos. Como o peso de Conhecimentos Específicos é 2,5, cada acerto nessa parte vale mais que um acerto em qualquer outra disciplina.

Gabarito Comentado

Todas as 50 questões comentadas, com o assunto do edital, a resolução, a análise de cada alternativa, o fundamento legal ou teórico e uma dica de prova.

QUESTÃO 01 — ALTERNATIVA CORRETA: C

1. ASSUNTO COBRADO

Língua Portuguesa — Compreensão e interpretação de texto (ideia central).

2. RESOLUÇÃO COMENTADA

A pergunta pede a síntese global do texto. O autor reconhece os ganhos (1º e 5º parágrafos: “Nada disso diminui o mérito das conquistas recentes”), mas aponta três condições para que a transformação digital funcione: revisão de fluxos (2º §), convivência com o atendimento presencial para quem tem conexão precária (3º §) e cuidado com dados pessoais (4º §). A única alternativa que reúne a avaliação positiva e as ressalvas é a C.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A) Incorreta. O 3º parágrafo afirma o contrário: muitas comunidades “ainda convivem com conexão instável ou simplesmente inexistente”, e os canais digitais devem “caminhar ao lado” do atendimento presencial.

(B) Incorreta. O 2º parágrafo diz expressamente que a mudança “não se resume à troca do balcão pela tela” e que é preciso revisar fluxos.

(C) Correta. Sintetiza a tese (avanço real) e as três ressalvas desenvolvidas nos parágrafos 2, 3 e 4.

(D) Incorreta. O autor não condena a digitalização nem propõe retorno ao modelo exclusivamente presencial; defende a convivência dos canais.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO

Leitura global: identificar a tese (ponto de vista) e os argumentos de sustentação, sem extrapolar o que está no texto.

> **5. Dica para a prova:** Desconfie de alternativas com termos absolutos (“dispensa”, “essencialmente”, “exclusivamente”): a banca costuma usá-los para radicalizar uma ideia que o texto apresenta com ressalvas.

QUESTÃO 02 — ALTERNATIVA CORRETA: A

1. ASSUNTO COBRADO
Língua Portuguesa — Compreensão e interpretação de texto (inferência).

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
Se digitalizar um procedimento ruim apenas o torna “mais rápido” sem corrigir seus defeitos, conclui-se que a tecnologia, sozinha, não garante eficiência. É por isso que o período seguinte, iniciado por “Por isso”, defende a revisão dos fluxos antes da tecnologia.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS
(A) Correta. É a inferência direta do trecho e é confirmada pela conclusão introduzida por “Por isso”.

(B) Incorreta. O trecho fala em procedimento “ineficiente” e em “defeitos do modelo antigo”; não diz que o modelo antigo era eficiente.

(C) Incorreta. O texto relativiza a velocidade: um procedimento rápido pode continuar defeituoso.

(D) Incorreta. O autor propõe revisar fluxos, não interromper a digitalização. Além disso, “informatizar” os fluxos é justamente o que o trecho mostra ser insuficiente.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Inferência é a conclusão logicamente autorizada pelo texto; não se confunde com opinião do leitor nem com extrapolação.

> **5. Dica para a prova:** Em questões de inferência, procure o conector que vem logo depois do trecho citado (“Por isso”): ele costuma revelar a conclusão pretendida pelo autor.

QUESTÃO 03 — ALTERNATIVA CORRETA: D

1. ASSUNTO COBRADO
Língua Portuguesa — Tipologia e gêneros textuais.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
O texto apresenta uma tese (a transformação digital é um avanço que exige cuidados), desenvolve-a em parágrafos argumentativos (fluxos, exclusão digital, dados pessoais) e fecha com conclusão propositiva (“O passo seguinte é garantir...”). Predominam, portanto, a exposição de ideias e a argumentação.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS
(A) Incorreta. Não há enredo, personagens nem sequência de ações no tempo.

(B) Incorreta. Não há instruções nem verbos no imperativo orientando procedimentos.

(C) Incorreta. O texto não se limita a caracterizar objetos; ele analisa e opina.

(D) Correta. Tese, argumentos com exemplos (ribeirinhos, tipos de dados) e conclusão caracterizam o tipo dissertativo-argumentativo.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Tipos textuais: narração (fatos no tempo), descrição (caracterização), injunção (instrução), exposição (informação) e argumentação (defesa de ponto de vista).

> **5. Dica para a prova:** Procure marcas de opinião e conectores argumentativos (“contudo”, “por isso”, “ao contrário”): eles indicam texto dissertativo-argumentativo.

QUESTÃO 04 — ALTERNATIVA CORRETA: B

1. ASSUNTO COBRADO

Língua Portuguesa — Coesão textual: referenciação (anáfora pronominal).

2. RESOLUÇÃO COMENTADA

O período anterior termina com “o volume desses registros cresce a cada dia”. Na sequência, o que deve ser guardado com segurança, usado para finalidades legítimas e explicado ao cidadão são esses registros (informações/dados pessoais). O pronome oblíquo “los” funciona como anáfora desse termo.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A) Incorreta. Não se “guardam com segurança” os cidadãos; além disso, “quem” é singular e não seria retomado por “los”.

(B) Correta. “Los” retoma “registros” (os dados pessoais coletados), referente mais próximo e semanticamente compatível.

(C) Incorreta. “Deveres da administração” aparece depois do pronome e é o predicativo da oração; não é o referente.

(D) Incorreta. Não faz sentido “utilizar os serviços somente para finalidades legítimas” como dever do Estado nesse contexto; o objeto da guarda são os dados.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO

Referenciação anafórica: o pronome retoma termo já mencionado; deve haver compatibilidade de gênero, número e sentido.

> **5. Dica para a prova:** Teste a substituição: “Guardar os registros com segurança” faz sentido; “Guardar os serviços com segurança” não.

QUESTÃO 05 — ALTERNATIVA CORRETA: A

1. ASSUNTO COBRADO

Língua Portuguesa — Mecanismos de coesão: conectores e relações semânticas.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA

I: “contudo” é conjunção adversativa; “todavia” mantém o sentido de oposição. II: “Por isso” conclui a partir do período anterior (se digitalizar o ineficiente reproduz defeitos, então é preciso rever fluxos) — equivale a “Portanto”. III: “Ao contrário” reforça a negação anterior (“Nada disso diminui o mérito”), opondo-se a ela; não expressa concessão. Além disso, “Embora” exigiria verbo no subjuntivo (“embora os avanços mostrem”) e tornaria o período incompleto.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A) Correta. Apenas I e II estão certas.

(B) Incorreta. III está errada: a relação não é de concessão.

(C) Incorreta. I está certa e III está errada.

(D) Incorreta. III está errada.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO

Conjunções adversativas: mas, porém, contudo, todavia, entretanto. Conclusivas: logo, portanto, por isso, assim. Concessivas: embora, ainda que, mesmo que (com subjuntivo).

> **5. Dica para a prova:** Ao testar a troca por conectivo concessivo, verifique também a exigência de modo verbal: “embora” pede subjuntivo.

QUESTÃO 06 — ALTERNATIVA CORRETA: C

1. ASSUNTO COBRADO
Língua Portuguesa — Sintaxe: concordância verbal.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
Com a expressão “mais de um”, o verbo concorda, em regra, com o numeral, ficando no singular: “Mais de um órgão aderiu”.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A) Incorreta. O verbo “fazer” indicando tempo decorrido é impessoal: “Faz dois anos”.

(B) Incorreta. O verbo “haver” no sentido de “existir” é impessoal: “Havia muitas comunidades”.

(C) Correta. “Mais de um” + substantivo singular leva o verbo ao singular.

(D) Incorreta. O sujeito é “os relatórios de gestão do exercício” (plural, posposto): “Já foram publicados [...] os relatórios”.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Verbos impessoais (haver = existir; fazer = tempo decorrido) ficam na 3ª pessoa do singular. Sujeito posposto continua determinando a concordância.

> **5. Dica para a prova:** Quando o sujeito vem depois do verbo, coloque-o na ordem direta para conferir: “Os relatórios já foram publicados”.

QUESTÃO 07 — ALTERNATIVA CORRETA: B

1. ASSUNTO COBRADO
Língua Portuguesa — Pontuação; orações subordinadas adjetivas explicativas x restritivas.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
Entre vírgulas, “que frequentemente dependem do barco...” é oração adjetiva explicativa: atribui a característica a todos os moradores de áreas ribeirinhas. Sem as vírgulas, torna-se restritiva: passaria a referir-se apenas aos moradores que dependem do barco, e não a todos. Há, portanto, mudança de sentido.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A) Incorreta. A vírgula separa adjunto adverbial anteposto (“Em poucos anos”), e não sujeito de verbo; por ser expressão curta, seu uso é facultativo.

(B) Correta. A diferença entre explicativa (com vírgulas) e restritiva (sem vírgulas) altera o sentido.

(C) Incorreta. Não há citação; os dois-pontos introduzem esclarecimento/conclusão do que foi dito antes.

(D) Incorreta. Os travessões isolam uma enumeração explicativa do termo “informações”; o sujeito da oração é “Cada serviço on-line”.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Oração adjetiva explicativa: entre vírgulas, generaliza. Oração adjetiva restritiva: sem vírgulas, delimita o antecedente.

> **5. Dica para a prova:** Pergunte-se: a característica vale para todos ou só para parte do grupo? Para todos → explicativa (com vírgulas).

QUESTÃO 08 — ALTERNATIVA CORRETA: D

1. ASSUNTO COBRADO
Língua Portuguesa — Regência verbal e emprego do acento grave (crase).

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
"Dirigir-se" exige a preposição "a" (dirigir-se a algum lugar), e "sede" é substantivo feminino que admite o artigo "a": a + a = à. Daí "dirigiram-se à sede".

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A)	Incorreta. Não há crase antes de palavra masculina plural ("documentos"); o correto é "referiu-se a documentos".
(B)	Incorreta. Na correlação "de... a" não se usa crase: "de segunda a sexta-feira". (O trecho "das 8h às 14h", isoladamente, está correto.)
(C)	Incorreta. Não ocorre crase antes de pronomes de tratamento como "Vossa Excelência", que não admitem artigo.
(D)	Correta. Preposição exigida pelo verbo + artigo feminino do substantivo.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Crase = fusão da preposição "a" com o artigo "a". Exige termo regente que peça "a" e termo feminino que admita artigo.

> **5. Dica para a prova:** Troque por palavra masculina: "dirigiram-se ao prédio" → aparece "ao", logo há crase no feminino.

QUESTÃO 09 — ALTERNATIVA CORRETA: B

1. ASSUNTO COBRADO
Matemática — Regra de três composta.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
Produtividade individual: 1.800 ÷ (6 servidores × 6 h × 5 dias) = 1.800 ÷ 180 = 10 processos por servidor-hora.
Nova situação: capacidade diária = 4 × 8 × 10 = 320 processos/dia.
Dias necessários = 2.400 ÷ 320 = **7,5 dias**.
Conferência pela regra de três: dias = 5 × (6/4) × (6/8) × (2.400/1.800) = 5 × 1,5 × 0,75 × 4/3 = 7,5.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A)	Incorreta. Resultado obtido quando se ignora a redução do número de servidores ou se erra o sentido de alguma grandeza.
(B)	Correta. 7,5 dias.
(C)	Incorreta. Valor aproximado sem fundamento no cálculo.
(D)	Incorreta. Resultado de considerar a grandeza "horas por dia" como diretamente proporcional aos dias (erro de sentido).

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Regra de três composta: grandezas inversamente proporcionais aos dias (servidores, horas/dia) entram invertidas; grandezas diretamente proporcionais (quantidade de processos) entram na mesma razão.

> **5. Dica para a prova:** Calcular a produtividade por "servidor-hora" elimina o risco de errar o sentido das proporções.

QUESTÃO 10 — ALTERNATIVA CORRETA: C

1. ASSUNTO COBRADO
Matemática — Porcentagem (aumentos e descontos sucessivos).

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
Fator multiplicativo total: 1,20 × 0,85 = 1,02.
Valor final: 200.000 × 1,02 = R$ 204.000,00, ou seja, **2% superior** ao valor inicial.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A)	Incorreta. Não há redução em relação ao valor inicial.
(B)	Incorreta. Resulta de subtrair diretamente os percentuais (20% − 15%), procedimento errado em variações sucessivas.
(C)	Correta. 1,20 × 0,85 = 1,02 → aumento de 2%.
(D)	Incorreta. O sinal está trocado.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Variações percentuais sucessivas se multiplicam: $(1 + i_1) \times (1 - i_2)$.

> **5. Dica para a prova:** Nunca some ou subtraia percentuais sucessivos; multiplique os fatores.

QUESTÃO 11 — ALTERNATIVA CORRETA: A

1. ASSUNTO COBRADO
Matemática — Noções de probabilidade (eventos sucessivos sem reposição).

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
P(1º licitação) = 5/8. Retirado um processo de licitação, restam 4 de licitação em 7: P(2º licitação) = 4/7.
P = 5/8 × 4/7 = 20/56 = **5/14**.
Alternativamente: C(5,2)/C(8,2) = 10/28 = 5/14.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A)	Correta. 5/14.
(B)	Incorreta. 25/64 = (5/8)², cálculo que pressupõe reposição.
(C)	Incorreta. 15/28 é a probabilidade de sair um processo de cada tipo (2 × 5/8 × 3/7).
(D)	Incorreta. 5/8 é apenas a probabilidade da primeira retirada.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Sem reposição, o espaço amostral diminui a cada retirada: P(A e B) = P(A) × P(B | A).

> **5. Dica para a prova:** A expressão “sem reposição” é o sinal de que o denominador muda de uma retirada para a outra.

QUESTÃO 12 — ALTERNATIVA CORRETA: D

1. ASSUNTO COBRADO
Raciocínio lógico — Proposições, conectivos e negação da condicional.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
A condicional p → q só é falsa quando p é verdadeira e q é falsa. Logo, ~(p → q) ≡ p ∧ ~q: "O processo está devidamente instruído **e** o parecer jurídico **não** é emitido no prazo".

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A) Incorreta. É a contrária (~p → ~q), que não equivale à negação.

(B) Incorreta. ~p ∨ q é **equivalente** à proposição original, e não sua negação.

(C) Incorreta. Nega as duas partes (~p ∧ ~q); a primeira parte deve ser mantida.

(D) Correta. Mantém o antecedente e nega o consequente: p ∧ ~q.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Negação da condicional: ~(p → q) ≡ p ∧ ~q. Equivalência: p → q ≡ ~p ∨ q ≡ ~q → ~p.

> **5. Dica para a prova:** Macete "MANÉ": MAntém a primeira, NEga a segunda, troca o "se... então" por "e".

QUESTÃO 13 — ALTERNATIVA CORRETA: B

1. ASSUNTO COBRADO
Matemática — Geometria espacial (volume do cilindro) e conversão de unidades.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
Raio = diâmetro ÷ 2 = 1 m.
$V = \pi \cdot r^2 \cdot h = 3{,}14 \times 1^2 \times 1{,}5 = 4{,}71\ m^3$.
Como 1 m³ = 1.000 L, V = **4.710 litros**.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A) Incorreta. Usou o diâmetro (2 m) como raio: $3{,}14 \times 4 \times 1{,}5 = 18{,}84\ m^3$.

(B) Correta. 4,71 m³ = 4.710 L.

(C) Incorreta. 9,42 m² é a área lateral ($2\pi rh$), e não o volume.

(D) Incorreta. 3,14 m³ corresponderia a um cilindro de 1 m de altura.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Volume do cilindro: $V = \pi r^2 h$. 1 m³ = 1.000 litros.

> **5. Dica para a prova:** Sempre confira se o enunciado deu o raio ou o diâmetro.

QUESTÃO 14 — ALTERNATIVA CORRETA: A

1. ASSUNTO COBRADO
História do Amapá — Período pombalino: fundação de Macapá e Mazagão e Fortaleza de São José de Macapá.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
I: Macapá foi elevada a vila (Vila de São José de Macapá) em 1758, no contexto da política pombalina de ocupar e defender a margem norte do Amazonas. II: a Fortaleza teve a pedra fundamental lançada em 1764 e foi inaugurada em 1782, como baluarte contra incursões estrangeiras, especialmente francesas, vindas da Guiana. III: Mazagão (Vila Nova de Mazagão, c. 1770) recebeu famílias retiradas da praça africana de Mazagão, abandonada em 1769. IV: falsa — a obra utilizou intensamente trabalho compulsório de indígenas e de africanos escravizados.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A)	Correta. I, II e III são verdadeiras.
(B)	Incorreta. IV é falsa.
(C)	Incorreta. IV é falsa e I é verdadeira.
(D)	Incorreta. IV é falsa.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Conteúdo programático, item 1.1 e 1.2 de História do Amapá: políticas do Estado português no período pombalino e trabalho compulsório indígena e africano.

> **5. Dica para a prova:** Afirmativas com “exclusivamente” e “proibição de qualquer forma” costumam ser falsas em História colonial.

QUESTÃO 15 — ALTERNATIVA CORRETA: C

1. ASSUNTO COBRADO
História do Amapá — Contestado Franco-Brasileiro e Laudo Suíço (1900).

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
A França reivindicava o limite no rio Araguari; o Brasil sustentava o Oiapoque (o “Vicente Pinzón” do Tratado de Utrecht). Após os conflitos de 1895, os países firmaram tratado de arbitramento, e o governo suíço decidiu, em 1º de dezembro de 1900, a favor da tese brasileira. O Barão do Rio Branco conduziu a defesa do Brasil.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A)	Incorreta. Não houve guerra declarada; houve um conflito armado localizado em 1895, e a solução foi diplomática (arbitragem).
(B)	Incorreta. O Araguari era a pretensão francesa, rejeitada pelo laudo.
(C)	Correta. Árbitro suíço, decisão de 1900 favorável ao Brasil, limite no Oiapoque, defesa de Rio Branco.
(D)	Incorreta. O árbitro foi a Suíça, e não houve divisão do território.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Conteúdo programático, item 1.4 de História do Amapá.

> **5. Dica para a prova:** Memorize o par: França → Araguari; Brasil → Oiapoque; árbitro → Suíça; ano → 1900.

QUESTÃO 16 — ALTERNATIVA CORRETA: B

1. ASSUNTO COBRADO
História do Amapá — Cabralzinho, República do Cunani e a questão de limites.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
1º (V): Cabralzinho comandou a reação ao ataque francês à vila do Amapá em maio de 1895. 2º (V): o Cunani foi proclamado (1886) por aventureiros franceses e jamais foi reconhecido nem pela França nem pelo Brasil. 3º (F): não foi iniciativa do governo brasileiro. 4º (V): o conflito de 1895 acelerou a assinatura do tratado de arbitramento (1897), que levou ao Laudo Suíço.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A) Incorreta. O 2º item é verdadeiro e o 3º é falso.

(B) Correta. V – V – F – V.

(C) Incorreta. O 1º item é verdadeiro.

(D) Incorreta. O 3º item é falso e o 4º é verdadeiro.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Conteúdo programático, item 1.4 de História do Amapá (República do Cunani, atuação de Cabralzinho).

> **5. Dica para a prova:** Cunani = iniciativa de particulares franceses, sem reconhecimento. Cabralzinho = resistência brasileira de 1895.

QUESTÃO 17 — ALTERNATIVA CORRETA: D

1. ASSUNTO COBRADO
História do Amapá — Território Federal (1943), Janary Nunes e estadualização (CF/1988).

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
O Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, criou o Território Federal do Amapá com áreas desmembradas do Pará. A capital foi inicialmente a cidade de Amapá e transferida para Macapá em 1944. Janary Gentil Nunes foi o primeiro governador. O art. 14 do ADCT da Constituição de 1988 transformou os Territórios de Roraima e do Amapá em Estados.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A) Incorreta. A criação foi em 1943, por decreto-lei, e a capital inicial foi Amapá.

(B) Incorreta. Território federal subordinava-se à União, e não ao Pará.

(C) Incorreta. Não houve plebiscito em 1962; a estadualização veio com a CF/1988.

(D) Correta. Reúne corretamente data, instrumento, origem, governador e estadualização.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Decreto-Lei nº 5.812/1943; ADCT, art. 14 (CF/1988).

> **5. Dica para a prova:** Território federal pertence à União (art. 18, § 2º, da CF). Por isso a alternativa sobre subordinação ao Pará não se sustenta.

QUESTÃO 18 — ALTERNATIVA CORRETA: C

1. ASSUNTO COBRADO
História do Amapá — Grandes projetos: ICOMI, Serra do Navio, Estrada de Ferro do Amapá e Projeto Jari.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
Projeto Jari (3): implantado a partir de 1967 por Daniel Ludwig, com foco em celulose. ICOMI (1): Indústria e Comércio de Minérios, que explorou o manganês de Serra do Navio, com exportações iniciadas em 1957. Estrada de Ferro do Amapá (2): cerca de 194 km entre Serra do Navio e o porto de Santana, inaugurada em 1957 para escoar o minério. Sequência: 3 – 1 – 2.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A) Incorreta.

(B) Incorreta.

(C) Correta. 3 – 1 – 2.

(D) Incorreta. Inverte ICOMI e ferrovia.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Conteúdo programático, item 2.3 de História do Amapá.

> **5. Dica para a prova:** Associe: Jari → celulose/Ludwig; ICOMI → manganês; ferrovia → Serra do Navio–Santana.

QUESTÃO 19 — ALTERNATIVA CORRETA: A

1. ASSUNTO COBRADO
História do Amapá — Sociedade, cultura e patrimônio imaterial: Marabaixo, Batuque e Festa de São Tiago.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
I: correta — o Marabaixo, com seus “ladrões” (versos cantados) e caixas, foi registrado pelo IPHAN como Patrimônio Cultural do Brasil (2018). II: correta — a festa de Mazagão Velho, em julho, reencena a luta entre cristãos e mouros, memória da praça africana de Mazagão. III: incorreta — o Batuque é manifestação de matriz afro-brasileira, presente em comunidades negras do Estado, e não restrita a festividades oficiais.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A) Correta. I e II.

(B) Incorreta. III é falsa.

(C) Incorreta. III é falsa.

(D) Incorreta. III é falsa.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Conteúdo programático, itens 3.2 e 3.3 de História do Amapá.

> **5. Dica para a prova:** Marabaixo e Batuque: matriz africana. São Tiago: memória de Mazagão (cristãos x mouros).

QUESTÃO 20 — ALTERNATIVA CORRETA: D

1. ASSUNTO COBRADO
Geografia do Amapá — Localização, limites e fronteiras.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
O Amapá limita-se ao norte com a Guiana Francesa, a noroeste com o Suriname, ao sul e a oeste com o Pará e, a leste, com o Oceano Atlântico e a foz do Amazonas. Possui, portanto, litoral atlântico. A alternativa D é a incorreta.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A)	Correta (afirmação verdadeira). Fronteiras com Guiana Francesa e Suriname.
(B)	Correta (afirmação verdadeira). O Pará envolve o Amapá ao sul e a oeste.
(C)	Correta (afirmação verdadeira). Macapá é a única capital cortada pelo Equador (Marco Zero).
(D)	Incorreta (é a resposta). O Estado tem litoral voltado ao Atlântico, além da foz do Amazonas.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Conteúdo programático, item 1.1 de Geografia do Amapá.

> **5. Dica para a prova:** Atenção ao comando “INCORRETA”: marque a afirmação falsa.

QUESTÃO 21 — ALTERNATIVA CORRETA: B

1. ASSUNTO COBRADO
Geografia do Amapá — Estrutura geológica, relevo e ecossistemas.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
Cerrados (3): faixa de vegetação aberta na porção centro-leste, entre a floresta e a planície. Planalto das Guianas (1): escudo cristalino antigo, mais elevado, coberto por floresta de terra firme. Planície costeira e fluviomarinha (2): áreas baixas com manguezais e campos inundáveis, sob influência de marés e cheias. Sequência: 3 – 1 – 2.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A)	Incorreta.
(B)	Correta. 3 – 1 – 2.
(C)	Incorreta.
(D)	Incorreta.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Conteúdo programático, itens 1.2 e 1.3 de Geografia do Amapá.

> **5. Dica para a prova:** Pense no perfil oeste → leste: planalto com floresta, faixa de cerrado e, junto ao mar, planície com mangues e campos alagados.

QUESTÃO 22 — ALTERNATIVA CORRETA: A

1. ASSUNTO COBRADO
Geografia do Amapá — Rede hidrográfica (Amazonas, Araguari, Jari, Oiapoque) e fenômeno da pororoca.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
O Araguari abriga a UHE Coaracy Nunes (primeira hidrelétrica da Amazônia brasileira) e era famoso pela pororoca. Na última década, o fenômeno deixou de ocorrer em sua foz, associado ao assoreamento e ao desvio de parte de suas águas para o Amazonas, processo para o qual contribuíram atividades humanas, como a criação extensiva de búfalos.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A)	Correta.
(B)	Incorreta. O Oiapoque faz a fronteira com a Guiana Francesa.
(C)	Incorreta. A pororoca resulta do encontro das marés oceânicas com as águas do rio.
(D)	Incorreta. O Jari separa o Amapá do Pará; a ponte binacional existente liga Oiapoque (AP) a Saint-Georges, na Guiana Francesa.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Conteúdo programático, item 1.5 de Geografia do Amapá.

> **5. Dica para a prova:** Fronteiras fluviais: Oiapoque → Guiana Francesa; Jari → Pará.

QUESTÃO 23 — ALTERNATIVA CORRETA: C

1. ASSUNTO COBRADO
Geografia do Amapá — Dinâmica demográfica, urbanização e região metropolitana Macapá-Santana.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
I: correta — segundo o Censo 2022 (IBGE), Macapá e Santana somam mais de 70% da população estadual. II: correta — a migração, especialmente do Pará e do Maranhão, teve papel relevante no crescimento. III: incorreta — a rede urbana é marcada pela macrocefalia de Macapá, com forte concentração de população e serviços.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A)	Incorreta. II também está certa.
(B)	Incorreta. III é falsa.
(C)	Correta.
(D)	Incorreta. III é falsa.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Conteúdo programático, itens 2.1 e 2.4 de Geografia do Amapá.

> **5. Dica para a prova:** “Equilíbrio entre os municípios” contraria a ideia de região metropolitana polarizada pela capital.

QUESTÃO 24 — ALTERNATIVA CORRETA: B

1. ASSUNTO COBRADO
Geografia do Amapá — Área de Livre Comércio de Macapá e Santana.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
A ALCMS foi criada pela Lei nº 8.387/1991, com área nos municípios de Macapá e Santana, e oferece benefícios fiscais (sobretudo federais, como suspensão/isenção de tributos sobre importação e IPI para mercadorias destinadas ao consumo e à comercialização local), administrada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A) Incorreta. Não foi criada pela CF/1988 nem é administrada pelo Município.

(B) Correta.

(C) Incorreta. Restringe-se a Macapá e Santana e não isenta todos os tributos estaduais e municipais.

(D) Incorreta. Sua finalidade é comercial ampla; não se resume à exportação de minérios.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Lei nº 8.387/1991 (art. 11).

> **5. Dica para a prova:** O próprio nome indica o recorte territorial: Macapá e Santana.

QUESTÃO 25 — ALTERNATIVA CORRETA: D

1. ASSUNTO COBRADO
Geografia do Amapá — Margem Equatorial, unidades de conservação e desenvolvimento sustentável.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
A Margem Equatorial é a porção da plataforma continental entre o Amapá e o Rio Grande do Norte; a bacia da Foz do Amazonas, na costa amapaense, concentra o debate. De um lado, há expectativa de royalties, empregos e investimentos; de outro, preocupações com manguezais, recifes e correntes marinhas, que tornaram o licenciamento ambiental controverso. O Amapá, ademais, é um dos estados com maior proporção de áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas), como o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A) Incorreta. O Estado tem elevada proporção de áreas protegidas.

(B) Incorreta. A Margem Equatorial é área marítima (plataforma continental).

(C) Incorreta. O debate é fortemente socioambiental.

(D) Correta.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Conteúdo programático, itens 3.5 e 3.6 de Geografia do Amapá.

> **5. Dica para a prova:** Questões sobre Margem Equatorial costumam cobrar o equilíbrio entre ganhos econômicos e riscos ambientais.

QUESTÃO 26 — ALTERNATIVA CORRETA: C

1. ASSUNTO COBRADO
Informática — Noções do sistema operacional Windows (atalhos de teclado).

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
Windows + E abre o Explorador de Arquivos. Windows + L bloqueia a sessão do usuário, exigindo senha/PIN para retornar.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A)	Incorreta. Windows + D mostra/oculta a área de trabalho; não bloqueia.
(B)	Incorreta. Windows + D não abre o Explorador de Arquivos.
(C)	Correta.
(D)	Incorreta. Ctrl + Shift + Esc abre o Gerenciador de Tarefas; Windows + I abre as Configurações.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Atalhos do Windows: Win+E (Explorador), Win+L (bloquear), Win+D (área de trabalho), Win+I (Configurações), Ctrl+Shift+Esc (Gerenciador de Tarefas).

> **5. Dica para a prova:** E de Explorer; L de Lock (bloquear).

QUESTÃO 27 — ALTERNATIVA CORRETA: A

1. ASSUNTO COBRADO
Informática — Microsoft Word 2019: configuração de página e seções.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
A orientação de página é configuração de seção. Para ter páginas com orientações diferentes, é preciso dividir o documento em seções (Layout > Quebras > Quebras de seção > Próxima página) e alterar a orientação apenas na seção desejada.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A)	Correta.
(B)	Incorreta. Ctrl + Enter insere quebra de página, que não cria nova seção.
(C)	Incorreta. “Direção do Texto” gira o texto dentro da célula; não muda a orientação da página.
(D)	Incorreta. Sem seções, a orientação é aplicada ao documento inteiro (ou à seção atual).

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Word 2019: Layout > Configurar Página > Orientação; Layout > Quebras > Quebras de Seção.

> **5. Dica para a prova:** Margens, orientação, cabeçalhos diferentes e numeração reiniciada: pense em “quebra de seção”.

QUESTÃO 28 — ALTERNATIVA CORRETA: B

1. ASSUNTO COBRADO
Informática — Microsoft Excel 2019: fórmulas e funções básicas (SE e MÉDIA).

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
Soma: 12 + 18 + 25 + 21 = 76. Média: 76 ÷ 4 = 19. Como 19 >= 20 é FALSO, a função SE retorna o terceiro argumento: “ABAIXO DA META”.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A) Incorreta. A média é 19, não 21.

(B) Correta.

(C) Incorreta. O teste compara a média, e não a soma, com 20.

(D) Incorreta. O texto exibido está certo, mas a média é 19, não 18,5.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
=SE(teste_lógico; valor_se_verdadeiro; valor_se_falso). =MÉDIA(intervalo) soma os valores numéricos e divide pela quantidade deles.

> **5. Dica para a prova:** Na alternativa “quase certa”, confira também a justificativa numérica: a banca gosta de acertar o resultado e errar o cálculo.

QUESTÃO 29 — ALTERNATIVA CORRETA: D

1. ASSUNTO COBRADO
Informática — Correio eletrônico (campos Para, Cc e Cco; responder e encaminhar).

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
1º (V): Cco = cópia oculta. 2º (F): os endereços em Cco não são conhecidos pelos demais e, por isso, não entram no “Responder a todos”. 3º (V): Cc é cópia visível. 4º (V): “Encaminhar” mantém os anexos; “Responder” é que, em regra, não os inclui.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A) Incorreta. 2º é F e 4º é V.

(B) Incorreta. 1º é V.

(C) Incorreta. 3º é V.

(D) Correta.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Cc (com cópia) – visível; Cco (com cópia oculta) – invisível aos demais destinatários.

> **5. Dica para a prova:** Responder → sem anexos; Encaminhar → com anexos.

QUESTÃO 30 — ALTERNATIVA CORRETA: A

1. ASSUNTO COBRADO
Informática — Aplicativos de segurança: antivírus e firewall.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
Firewall e antivírus são complementares. O firewall filtra conexões de rede conforme regras; o antivírus examina arquivos e processos para detectar, bloquear e remover malware (inclusive antes da execução, por varredura de assinaturas e análise comportamental).

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A)	Correta.
(B)	Incorreta. Malware pode chegar por e-mail, pendrive ou download autorizado; o antivírus continua necessário.
(C)	Incorreta. Phishing explora o comportamento do usuário (engenharia social); nenhuma ferramenta garante proteção absoluta.
(D)	Incorreta. A proteção em tempo real verifica arquivos antes da execução.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Segurança da informação: defesa em camadas (firewall, antivírus, atualizações e comportamento do usuário).

> **5. Dica para a prova:** “Torna-se desnecessário” e “impede qualquer” são sinais de alternativa errada em segurança.

QUESTÃO 31 — ALTERNATIVA CORRETA: B

1. ASSUNTO COBRADO
Conhecimentos Específicos — Eixo 1.1: Funções administrativas (planejamento, organização, direção e controle).

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
O ciclo descrito — fixar padrão, medir resultados, comparar e corrigir desvios — é exatamente o processo de controle. A ação corretiva (redistribuição de tarefas) é a etapa final do controle e realimenta o planejamento.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A)	Incorreta. Planejamento define objetivos e meios; o caso trata de verificar o alcance de um padrão já definido.
(B)	Correta. Reproduz as quatro etapas clássicas do controle.
(C)	Incorreta. Organização refere-se à divisão do trabalho, estrutura e alocação de recursos; comparar resultado e meta não é departamentalização.
(D)	Incorreta. Direção envolve liderança, motivação e comunicação; medir desempenho é próprio do controle.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Processo administrativo (Fayol/neoclássicos): planejar, organizar, dirigir e controlar. Etapas do controle: padrões → mensuração → comparação → ação corretiva.

> **5. Dica para a prova:** Palavras-chave de controle: padrão, indicador, medir, comparar, desvio, corrigir.

QUESTÃO 32 — ALTERNATIVA CORRETA: D

1. ASSUNTO COBRADO

Conhecimentos Específicos — Eixo 1.2: Modelos teóricos de Administração Pública.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA

Gerencial (3): foco em resultados, controle a posteriori, cidadão como destinatário do serviço (PDRAE/1995; EC nº 19/1998). Patrimonialista (1): res publica confundida com patrimônio do governante, nepotismo e clientelismo. Burocrático (2): modelo weberiano, com impessoalidade, formalismo e controle a priori; sua disfunção típica é a autorreferência. Sequência: 3 – 1 – 2.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A)	Incorreta.
(B)	Incorreta.
(C)	Incorreta. Inverte patrimonialista e burocrático.
(D)	Correta.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO

Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995); Max Weber (dominação racional-legal); EC nº 19/1998 (princípio da eficiência).

> **5. Dica para a prova:** Burocracia controla processos ANTES (a priori); gerencialismo controla resultados DEPOIS (a posteriori).

QUESTÃO 33 — ALTERNATIVA CORRETA: A

1. ASSUNTO COBRADO

Conhecimentos Específicos — Eixo 1.3: Governança, accountability e transparência.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA

Accountability horizontal é a fiscalização mútua entre órgãos e Poderes do Estado (Legislativo, Tribunais de Contas, Judiciário, Ministério Público, controladorias). O TCE e a Assembleia são instituições estatais que controlam a secretaria — típico exemplo de accountability horizontal (O'Donnell).

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A)	Correta.
(B)	Incorreta. Accountability vertical é a dos cidadãos sobre os governantes (eleições, sobretudo). O caso envolve órgãos estatais.
(C)	Incorreta. Accountability societal envolve sociedade civil e mídia, não órgãos de controle externo.
(D)	Incorreta. TCE e Assembleia são órgãos externos à secretaria; não se trata de autocontrole.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO

CF, arts. 70 e 71 (controle externo exercido pelo Legislativo com auxílio do Tribunal de Contas), aplicados por simetria aos Estados (art. 75).

> **5. Dica para a prova:** Horizontal = entre “iguais” (órgãos do Estado). Vertical = de baixo para cima (cidadão → governo).

QUESTÃO 34 — ALTERNATIVA CORRETA: C

1. ASSUNTO COBRADO

Conhecimentos Específicos — Eixo 1.4: Gestão de pessoas e gestão por competências.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA

No modelo de gestão por competências, o mapeamento identifica a lacuna (gap) entre as competências necessárias à estratégia e as já existentes. Essa lacuna orienta as ações de captação (recrutamento e seleção) e de desenvolvimento (capacitação), para que seja reduzida.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A) Incorreta. Desvio de função é exercício de atribuições alheias ao cargo; não é diferença de competências.

(B) Incorreta. Rotatividade (turnover) mede entradas e saídas de pessoal.

(C) Correta.

(D) Incorreta. Avaliação 360° é técnica de avaliação de desempenho; não é o nome da diferença identificada.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO

Gestão por competências (Brandão e Guimarães): formulação da estratégia → mapeamento de competências → identificação de lacunas → captação/desenvolvimento → acompanhamento e avaliação. Competência = CHA (conhecimentos, habilidades e atitudes).

5. Dica para a prova: Necessárias − existentes = gap.

QUESTÃO 35 — ALTERNATIVA CORRETA: B

1. ASSUNTO COBRADO

Conhecimentos Específicos — Eixo 1.8: Mapeamento e análise de processos (BPMN).

2. RESOLUÇÃO COMENTADA

Decisão do tipo “ou um, ou outro” é modelada pelo gateway exclusivo (XOR): o fluxo segue por uma única saída, conforme a condição. O gateway paralelo (AND, “+”) dispara todas as saídas; o inclusivo (OR, círculo) permite uma ou mais.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A) Incorreta. O paralelo ativa todos os caminhos, o que não ocorre no caso.

(B) Correta.

(C) Incorreta. Evento de início marca o começo do processo; não representa decisão.

(D) Incorreta. Pool representa um participante (organização/processo); não é elemento de decisão.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO

BPMN 2.0: objetos de fluxo (eventos — círculos; atividades — retângulos arredondados; gateways — losangos), objetos de conexão, raias (pools e lanes) e artefatos.

5. Dica para a prova: X = exclusivo (um caminho); + = paralelo (todos); O = inclusivo (um ou mais).

QUESTÃO 36 — ALTERNATIVA CORRETA: A

1. ASSUNTO COBRADO
Conhecimentos Específicos — Eixo 1.10: Acesso à informação (LAI).

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
Art. 11 da LAI: o órgão deve autorizar ou conceder o acesso imediato; não sendo possível, tem prazo não superior a 20 dias (§ 1º), prorrogável por mais 10 dias mediante justificativa expressa, com ciência do requerente (§ 2º).

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A)	Correta. Art. 11, §§ 1º e 2º.
(B)	Incorreta. Art. 10, § 3º: são vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação.
(C)	Incorreta. Informações sobre licitações e contratos são, em regra, de divulgação obrigatória (art. 8º, § 1º, IV); a classificação depende de decisão fundamentada nas hipóteses do art. 23.
(D)	Incorreta. Art. 12: o serviço é gratuito, ressalvada a cobrança do custo de reprodução, com isenção para quem declarar hipossuficiência.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Lei nº 12.527/2011, arts. 8º, § 1º, IV; 10, § 3º; 11, §§ 1º e 2º; 12.

> **5. Dica para a prova:** Prazos da LAI: 20 + 10 dias para responder; recurso em 10 dias; autoridade decide o recurso em 5 dias.

QUESTÃO 37 — ALTERNATIVA CORRETA: D

1. ASSUNTO COBRADO
Conhecimentos Específicos — Eixo 1.10: Proteção de dados pessoais no setor público (LGPD).

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
O art. 7º, III, da LGPD autoriza o tratamento pela administração pública dos dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos, independentemente de consentimento. O art. 23 reforça que o tratamento pelo poder público deve atender à sua finalidade pública e às competências legais, com transparência. Os princípios do art. 6º (finalidade, necessidade, transparência, segurança etc.) continuam obrigatórios.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A)	Incorreta. O consentimento é apenas uma das bases legais do art. 7º.
(B)	Incorreta. A execução de políticas públicas é base legal autônoma; não se restringe à segurança pública.
(C)	Incorreta. O poder público continua sujeito aos princípios e às obrigações da LGPD.
(D)	Correta. Art. 7º, III, e art. 23 da LGPD.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Lei nº 13.709/2018, arts. 6º, 7º, III, e 23.

> **5. Dica para a prova:** Base legal ≠ dispensa de princípios. Mesmo sem consentimento, valem finalidade, necessidade e transparência.

QUESTÃO 38 — ALTERNATIVA CORRETA: C

1. ASSUNTO COBRADO
Conhecimentos Específicos — Eixo 1.11: Noções de redação oficial.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
Os pronomes de tratamento (Vossa Excelência, Vossa Senhoria) levam o verbo e os possessivos à 3ª pessoa: "Vossa Senhoria apresentará seu relatório" (e não "vosso").

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A) Incorreta. "Excelentíssimo Senhor" é reservado aos chefes de Poder (Presidente da República, do Congresso Nacional e do STF). Para as demais autoridades, usa-se "Senhor" + cargo.

(B) Incorreta. Para autoridades de hierarquia superior usa-se "Respeitosamente"; "Atenciosamente" é para mesma hierarquia ou inferior.

(C) Correta.

(D) Incorreta. O Manual aboliu "Digníssimo (DD)" e considera desnecessário "Ilustríssimo".

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Manual de Redação da Presidência da República, 3ª ed. (2018), itens sobre pronomes de tratamento, vocativos e fechos.

> **5. Dica para a prova:** Superior → Respeitosamente. Mesma hierarquia ou inferior → Atenciosamente.

QUESTÃO 39 — ALTERNATIVA CORRETA: B

1. ASSUNTO COBRADO
Conhecimentos Específicos — Eixo 2.1: Licitações (Lei nº 14.133/2021) — modalidades.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
O diálogo competitivo (art. 6º, XLII, e art. 32) é a modalidade em que a Administração dialoga com licitantes previamente selecionados para desenvolver alternativas que atendam às suas necessidades, sendo cabível, entre outros casos, quando o objeto envolve inovação tecnológica ou técnica e quando as especificações não podem ser definidas com precisão suficiente.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A) Incorreta. O pregão destina-se a bens e serviços comuns, cujos padrões podem ser objetivamente definidos — o oposto do caso.

(B) Correta.

(C) Incorreta. O concurso visa à escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, com prêmio ou remuneração definidos no edital.

(D) Incorreta. A tomada de preços não existe na Lei nº 14.133/2021 (art. 28 prevê pregão, concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo).

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Lei nº 14.133/2021, arts. 6º, XLII; 28; 32.

> **5. Dica para a prova:** Modalidades da nova lei: "PCCLD" — Pregão, Concorrência, Concurso, Leilão e Diálogo competitivo. Convite e tomada de preços foram extintos.

QUESTÃO 40 — ALTERNATIVA CORRETA: A

1. ASSUNTO COBRADO

Conhecimentos Específicos — Eixo 2.2: Fase preparatória — estudo técnico preliminar, termo de referência e gestão de riscos.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA

O art. 6º, XX, define o ETP como “documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação”.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A) Correta. Art. 6º, XX.

(B) Incorreta. O ETP é anterior à licitação; o registro de ocorrências na execução cabe ao fiscal (art. 117, § 1º).

(C) Incorreta. O ETP fundamenta o termo de referência, que continua necessário para definir o objeto e as condições.

(D) Incorreta. O art. 18, § 2º, exige ao menos os elementos dos incisos I (necessidade), IV (quantidades), VI (estimativa do valor), VIII (parcelamento) e XIII (posicionamento conclusivo) do § 1º, justificando-se a ausência dos demais.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO

Lei nº 14.133/2021, arts. 6º, XX; 18, §§ 1º e 2º; 117, § 1º.

> **5. Dica para a prova:** Ordem lógica: ETP (viabilidade e melhor solução) → TR/projeto básico (detalhamento) → edital → contrato.

QUESTÃO 41 — ALTERNATIVA CORRETA: D

1. ASSUNTO COBRADO

Conhecimentos Específicos — Eixo 2.3: Contratação direta — dispensa e inexigibilidade.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA

Inexigibilidade decorre da inviabilidade de competição (art. 74): I corresponde ao art. 74, II (artista consagrado), e II ao art. 74, I (fornecedor exclusivo). A situação III é hipótese de **dispensa** (art. 75, VIII): a competição seria possível, mas a lei autoriza a contratação direta em razão da emergência.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A) Incorreta. III é dispensa.

(B) Incorreta. III não é inexigibilidade.

(C) Incorreta. III é dispensa e I é inexigibilidade.

(D) Correta.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO

Lei nº 14.133/2021, art. 74, I e II (inexigibilidade); art. 75, VIII (dispensa por emergência).

> **5. Dica para a prova:** Inexigível = competição inviável (não há como comparar). Dispensável = competição possível, mas a lei permite não licitar.

QUESTÃO 42 — ALTERNATIVA CORRETA: C

1. ASSUNTO COBRADO
Conhecimentos Específicos — Eixo 2.4: Sistema de registro de preços.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
Art. 84 da Lei nº 14.133/2021: o prazo de vigência da ata é de 1 ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A) Incorreta. Art. 83: os preços registrados implicam compromisso de fornecimento, mas não obrigam a Administração a contratar.

(B) Incorreta. O prazo é de 1 ano, prorrogável.

(C) Correta. Art. 84.

(D) Incorreta. O SRP é utilizado, em regra, em concorrência ou pregão (art. 6º, XLV); leilão serve à alienação.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Lei nº 14.133/2021, arts. 6º, XLV; 82 a 86.

> **5. Dica para a prova:** Ata de registro de preços: compromisso do FORNECEDOR, faculdade da ADMINISTRAÇÃO.

QUESTÃO 43 — ALTERNATIVA CORRETA: A

1. ASSUNTO COBRADO
Conhecimentos Específicos — Eixo 2.5: Execução e alteração dos contratos.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
Art. 125: nas alterações unilaterais quantitativas, o contratado é obrigado a aceitar acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado do contrato; no caso de **reforma de edifício ou de equipamento**, o limite para os **acréscimos** é de **50%**.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A) Correta.

(B) Incorreta. 25% é a regra geral, mas há exceção para acréscimos em reforma.

(C) Incorreta. Não há previsão de 100%.

(D) Incorreta. Não há limite de 10% para reformas.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Lei nº 14.133/2021, arts. 124, I, “b”, e 125.

> **5. Dica para a prova:** Reforma: 50% só para ACRÉSCIMOS; supressões continuam limitadas a 25%.

QUESTÃO 44 — ALTERNATIVA CORRETA: B

1. ASSUNTO COBRADO
Conhecimentos Específicos — Eixo 2.9: Convênios e parcerias (termos de colaboração e de fomento).

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
Lei nº 13.019/2014, art. 2º: termo de colaboração (VII) — parcerias propostas pela administração pública, com transferência de recursos; termo de fomento (VIII) — parcerias propostas pelas organizações da sociedade civil, com transferência de recursos; acordo de cooperação (VIII-A) — parcerias sem transferência de recursos financeiros. Como a proposta partiu da OSC e há repasse, o instrumento é o termo de fomento.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A) Incorreta. O termo de colaboração é usado quando a iniciativa é da administração.

(B) Correta.

(C) Incorreta. O acordo de cooperação não envolve transferência de recursos financeiros.

(D) Incorreta. Parcerias com OSC para finalidades de interesse público recíproco seguem o Marco Regulatório (Lei nº 13.019/2014), e não o regime contratual da Lei nº 14.133/2021.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Lei nº 13.019/2014, art. 2º, VII, VIII e VIII-A.

> **5. Dica para a prova:** FOMENTO: a OSC "fomenta" a ideia. COLABORAÇÃO: a OSC colabora com a ideia do Estado. COOPERAÇÃO: sem dinheiro.

QUESTÃO 45 — ALTERNATIVA CORRETA: D

1. ASSUNTO COBRADO
Conhecimentos Específicos — Eixo 3.2: Atos administrativos — anulação e revogação.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
A alternativa D reproduz a Súmula 473 do STF, expressão do princípio da autotutela. Anulação: controle de legalidade, efeitos ex tunc, pode ser feita pela Administração ou pelo Judiciário. Revogação: controle de mérito (conveniência e oportunidade), efeitos ex nunc, privativa da Administração que praticou o ato.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A) Incorreta. Atos ilegais são anulados; a revogação recai sobre atos válidos e produz efeitos ex nunc (não retroage).

(B) Incorreta. O Judiciário, na função jurisdicional, controla apenas a legalidade; não revoga atos de outro Poder por mérito.

(C) Incorreta. Atos vinculados não comportam revogação, pois não há juízo de conveniência e oportunidade.

(D) Correta. Súmula 473 do STF.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
STF, Súmulas 346 e 473; princípio da autotutela.

> **5. Dica para a prova:** ANULA o ILEGAL (ex tunc). REVOGA o INCONVENIENTE (ex nunc).

QUESTÃO 46 — ALTERNATIVA CORRETA: C

1. ASSUNTO COBRADO
Conhecimentos Específicos — Eixo 3.4: Responsabilidade civil do Estado.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
O art. 37, § 6º, da CF consagra a responsabilidade objetiva (teoria do risco administrativo): basta comprovar conduta, dano e nexo causal. O agente responde regressivamente, perante o Estado, se agiu com dolo ou culpa. O STF, no Tema 940 de repercussão geral, firmou a tese da "dupla garantia": a ação deve ser ajuizada contra o Estado (ou a prestadora de serviço público), e não contra o agente.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS
(A) Incorreta. Dolo ou culpa só são exigidos na ação regressiva contra o agente.

(B) Incorreta. O agente responde subjetivamente e apenas em regresso; não figura como réu na ação da vítima (Tema 940/STF).

(C) Correta.

(D) Incorreta. A teoria do risco administrativo admite excludentes (culpa exclusiva da vítima, caso fortuito, força maior) e atenuação por culpa concorrente.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
CF, art. 37, § 6º; STF, RE 1.027.633 (Tema 940 da repercussão geral).

5. Dica para a prova: Vítima x Estado = objetiva. Estado x agente (regresso) = subjetiva.

QUESTÃO 47 — ALTERNATIVA CORRETA: B

1. ASSUNTO COBRADO
Conhecimentos Específicos — Eixo 3.5: Improbidade administrativa.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
Após a Lei nº 14.230/2021, o art. 1º, § 1º, define como atos de improbidade apenas as condutas dolosas dos arts. 9º, 10 e 11; o § 2º conceitua dolo como "a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente".

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS
(A) Incorreta. A modalidade culposa do art. 10 foi extinta.

(B) Correta. Art. 1º, §§ 1º e 2º.

(C) Incorreta. O art. 1º, § 8º, afasta a improbidade nesses casos.

(D) Incorreta. O caput do art. 11 passou a enumerar condutas de forma taxativa ("caracterizada por uma das seguintes condutas").

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Lei nº 8.429/1992, com redação da Lei nº 14.230/2021: art. 1º, §§ 1º, 2º e 8º; arts. 10 e 11.

5. Dica para a prova: Nova LIA: sem dolo, não há improbidade. Rol do art. 11: taxativo.

QUESTÃO 48 — ALTERNATIVA CORRETA: A

1. ASSUNTO COBRADO
Conhecimentos Específicos — Eixo 3.9: PPA, LDO e LOA.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
Art. 165 da CF: § 1º (PPA) — diretrizes, objetivos e metas regionalizados para despesas de capital e programas de duração continuada; § 2º (LDO) — metas e prioridades, orientação da LOA e alterações na legislação tributária; § 5º (LOA) — orçamento fiscal, de investimento das estatais e da seguridade social. Os Estados seguem o mesmo modelo, por simetria.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A)	Correta.
(B)	Incorreta.
(C)	Incorreta.
(D)	Incorreta.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
CF, art. 165, §§ 1º, 2º e 5º.

> **5. Dica para a prova:** PPA = médio prazo (4 anos) e “programas de duração continuada”; LDO = ponte (metas e prioridades); LOA = os três orçamentos.

QUESTÃO 49 — ALTERNATIVA CORRETA: D

1. ASSUNTO COBRADO
Conhecimentos Específicos — Eixo 3.10: Despesas públicas — estágios (empenho, liquidação e pagamento).

2. RESOLUÇÃO COMENTADA
Art. 63 da Lei nº 4.320/1964: a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, com base nos títulos e documentos comprobatórios. Art. 62: o pagamento só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A)	Incorreta. Art. 62: o pagamento exige prévia liquidação.
(B)	Incorreta. Esse é o conceito de empenho (art. 58), e não de liquidação.
(C)	Incorreta. Art. 60: é vedada a realização de despesa sem prévio empenho.
(D)	Correta. Arts. 62 e 63.

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO
Lei nº 4.320/1964, arts. 58, 60, 62, 63 e 64.

> **5. Dica para a prova:** Ordem: Empenho → Liquidação → Pagamento (“ELP”). Liquidar = conferir se o serviço/bem foi entregue.

QUESTÃO 50 — ALTERNATIVA CORRETA: C

1. ASSUNTO COBRADO

Conhecimentos Específicos — Eixo 3.11: LRF — despesas com pessoal.

2. RESOLUÇÃO COMENTADA

Para os Estados, o limite global é de 60% da RCL (art. 19, II), cabendo ao Executivo 49% (art. 20, II, "c"). Limite prudencial = 95% × 49% = 46,55%; limite de alerta = 90% × 49% = 44,1%. Com 47%, o Executivo ultrapassou o prudencial, mas não o máximo. Incidem, assim, as vedações do art. 22, parágrafo único (concessão de vantagens e reajustes não previstos, criação de cargos, alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa, provimento de cargos — ressalvadas as reposições nas áreas de educação, saúde e segurança —, e contratação de hora extra, salvo exceções da LDO).

3. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

(A) Incorreta. Ultrapassado o limite prudencial, aplicam-se as vedações do art. 22, parágrafo único.

(B) Incorreta. A recondução em dois quadrimestres (art. 23) só se aplica quando o limite máximo (49%) é ultrapassado.

(C) Correta.

(D) Incorreta. 47% está acima do limite de alerta (44,1%); o Tribunal de Contas deve alertar o Poder (art. 59, § 1º, II).

4. FUNDAMENTO LEGAL OU TEÓRICO

LC nº 101/2000, arts. 19, II; 20, II, "c"; 22, parágrafo único; 23; 59, § 1º, II.

> **5. Dica para a prova:** Estados: 60% = 3 (Legislativo + TCE) + 6 (Judiciário) + 49 (Executivo) + 2 (MP). Alerta 90%, prudencial 95%, máximo 100%.

Espelho de Correção – Prova Discursiva

MATERIAL DE CORREÇÃO

Leia somente depois de redigir sua resposta. A distribuição interna dos 24 pontos de conteúdo entre os itens a, b e c é pedagógica (Gabarite); o edital fixa apenas 24 pontos para conteúdo e 6 para expressão escrita.

Item a — Cabimento da dispensa emergencial e limites legais (até 10 pontos)

- **Cabimento:** a pane elétrica, com risco à segurança de pessoas e interrupção do atendimento, caracteriza a urgência prevista no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a dispensa nos casos de emergência que possam ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas. (3 pts)
- **Emergência decorrente de falta de planejamento:** o contrato vencido há oito meses e os alertas ignorados não impedem, por si sós, a contratação emergencial se o risco é real, mas o art. 75, § 6º, determina a apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial. (3 pts)
- **Prazo ilegal:** a contratação emergencial limita-se às parcelas que possam ser concluídas em, no máximo, **1 ano** contado da ocorrência da emergência, **vedadas a prorrogação** e a recontratação de empresa já contratada com base no inciso VIII. O prazo de dois anos proposto pelo gestor é incompatível com a lei, assim como a ideia de usar a dispensa para “pensar na licitação com calma”. (2 pts)
- **Escolha da empresa:** contratar a antiga prestadora não é vedado por si só, pois o contrato anterior não foi emergencial; exige, porém, justificativa da escolha e do preço, compatível com os valores de mercado (art. 72, VI e VII; art. 75, § 6º, c/c art. 23). (2 pts)

Item b — Instrução do processo e providência quanto à licitação (até 6 pontos)

- **Instrução (art. 72):** documento de formalização de demanda e, se for o caso, ETP, análise de riscos e termo de referência; estimativa de despesa (art. 23); pareceres jurídico e técnicos; demonstração de compatibilidade orçamentária; comprovação de habilitação e qualificação mínima do contratado; razão da escolha do contratado; justificativa de preço; autorização da autoridade competente; e divulgação do ato ou do extrato em sítio eletrônico oficial (parágrafo único). A minuta sem pesquisa de preços e sem justificativa da escolha é deficiente. (4 pts)
- **Providência:** iniciar imediatamente a fase preparatória da licitação definitiva (DFD, ETP, gestão de riscos, termo de referência e pesquisa de preços — art. 18), para que a contratação regular substitua a emergencial dentro do prazo legal (art. 75, § 6º). (2 pts)

Item c — Fiscalização e inexecução parcial (até 8 pontos)

- **Dever do fiscal (art. 117):** acompanhar e fiscalizar a execução, **anotar em registro próprio** todas as ocorrências, determinar o necessário à regularização das faltas e **informar a seus superiores, em tempo hábil**, o que ultrapassar sua competência. O comentário verbal, sem registro, não cumpre esse dever. (3 pts)
- **Liquidação e pagamento:** o atesto integral de notas por serviços não executados afronta a liquidação, que exige a verificação do direito adquirido pelo credor com base em documentos comprobatórios (Lei nº 4.320/1964, arts. 62 e 63). Cabe glosar os valores referentes ao que não foi prestado e apurar a responsabilidade de quem atestou indevidamente. (2 pts)
- **Consequências ao contratado:** a inexecução parcial é infração administrativa (art. 155, I) sujeita às sanções do art. 156 (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade), aplicadas mediante processo com contraditório e ampla defesa. Conforme a gravidade, admite-se a extinção do contrato por descumprimento de cláusulas (art. 137, I). (3 pts)

Expressão escrita e interpretação (até 6 pontos)

- Clareza, coerência e objetividade: o texto responde aos três itens do comando, sem digressões. (2 pts)

- Organização das ideias: introdução que situa o caso, desenvolvimento por item (a, b, c) e conclusão com as providências. (2 pts)
- Linguagem adequada: norma-padrão, vocabulário técnico preciso e registro formal. (2 pts)

ESTRUTURA SUGERIDA (CERCA DE 30 LINHAS)

1º parágrafo (4–5 linhas): contextualização e tese — a emergência é real, mas a proposta do gestor tem vícios. 2º parágrafo (8–9 linhas): item a. 3º parágrafo (6–7 linhas): item b. 4º parágrafo (7–8 linhas): item c. 5º parágrafo (3–4 linhas): conclusão com as providências.

ERROS QUE DERRUBAM A NOTA

Afirmar que a falta de planejamento proíbe qualquer contratação emergencial; aceitar o prazo de dois anos; confundir dispensa com inexigibilidade; esquecer o registro das ocorrências pelo fiscal; tratar o pagamento integral como regular; e citar sanções sem mencionar o devido processo.